

Março de 2008, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso, unidade orgânica flexível, cuja área de actuação está prevista no ponto 1.6.1. do Despacho n.º 11 650/2007, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 113, de 14 de Junho, e alíneas a) a o) do artigo 6.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e Lei Orgânica prevista no Dec. Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri “elabora a proposta de nomeação, com a indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos”;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a do licenciado Américo Alcides Albuquerque Vaz, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados, sendo aquele que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia variedade e profundidade de experiência profissional na área de actividade do procedimento concursal;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, “os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo”;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Nomeio, com efeitos a 30 de Outubro de 2008, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso, da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o licenciado Américo Alcides Albuquerque Vaz, assessor jurídico principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

17 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Américo Alcides Albuquerque Vaz
Data de nascimento: 1952.10.26
Naturalidade: Azurara — Mangualde

Habilitações académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, 1982;
Pós-graduação em Ciências Político-Administrativas pela Faculdade de Direito de Lisboa, 1996.

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, em substituição, desde 1 Janeiro de 2008;

Assessor Jurídico Principal da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça, 2004;

Chefe da Divisão de Apoio à Gestão do Instituto de Reinserção Social, 2002;

Assessor do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, 2001;

Assessor Jurídico da Provedor de Justiça, para as áreas de organização e função pública, 1996;

Assessor do Gabinete da Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa, 1994;

Consultor Jurídico do Instituto de Promoção do Investimento em Macau, 1991;

Secretário do Conselho Superior de Medicina Legal, 1988;

Técnico Superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 1982.

Áreas de formação profissional:

Contencioso administrativo, contratação pública, modernização administrativa, comunicação nas organizações, gestão de conflitos, medicina legal e reinserção social.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 30566/2008

Por meu despacho de 28 de Outubro de 2008 — Jorge Manuel Gonçalves Gomes, técnico-profissional principal da carreira de técnico profissional, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicodpendência IP, nomeado, por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, da carreira de consultor jurídico, para lugar vago do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, na sequência de reclassificação profissional, nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei 497/99, de 11 de Setembro, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da data de aceitação.

Não carece de fiscalização prévia.

12 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 30567/2008

Por meu despacho de 3 de Novembro de 2008 e obtida a anuência da secretária-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

Rui Manuel Cardoso Gonçalves, técnico profissional de meios audiovisuais especialista, escalão 4, índice 316 — reinicia funções, por tempo indeterminado, mediante transferência para o quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, para o mesmo escalão e índice da categoria de técnico-profissional especialista, da carreira de técnico-profissional, nos termos do artigo 33.º e seguintes da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 15 de Outubro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

13 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 30568/2008

Por meu despacho de 13 de Novembro de 2008:

Agostinho Manuel Patrício Martins Veiga, técnico de informática de grau 1, nível 2, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral — nomeado por tempo indeterminado, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática grau 2, nível 1, escalão 1, índice 470, da mesma carreira, ficando exonerado do lugar anteriormente ocupado com efeitos à data de aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

13 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 30569/2008

Por despacho de 30 de Setembro de 2008, da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Sr.ª Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva do Sr. Dr. Carlos Alberto Correia Azevedo, na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe da carreira Técnica Superior, precedendo reclassificação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com efeitos a 30 de Setembro de 2008.

12 de Novembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Isabel Azevedo*.

Despacho n.º 30570/2008

Por despacho de 30 de Setembro de 2008, da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Sr.ª Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território